

## SRF I - Uberaba

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA FAZENDA-I-UBERABA  
DF/UBERABA  
AUTO DE INÍCIO DE AÇÃO FISCAL - AIAF  
1 - Nos termos do art. 69, inciso I e/c art.10, § 1º, ambos do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA), aprovado pelo Decreto nº 44.747/08, fica o contribuinte abaixo indicado, por não ter sido possível a intimação por via postal, NOTIFICADO de que fora lavrado o Auto de Início de Ação Fiscal (AIAF) nº 10.000040672.63 – SUPERCOMMERCE LTDA, CNPJ 39.893.680/0002-36, Rodovia Governador Mário Covas, nº 3255, Sala 04, Bairro Padre Mathias, Cariacica/ES, CEP 29.157-100. Período Fiscalizado: 01/01/2017 a 31/12/2020. Sendo o objeto da Auditoria Fiscal, a análise documental visando conferir os pagamentos do ICMS devido ao erário mineiro.  
2 – Requisitados através deste, para apresentação no prazo de 03 (três) dias, a contar da ciência do AIAF, na repartição fazendária de Iturama, localizada na Avenida Campina Verde, 806, Centro, Iturama/ MG – CEP 38.280-000, a seguinte documentação: Comprovant dos pagamentos do ICMS Diferencial de Alíquota (EC 87/2015) em favor do Estado de Minas Gerais, sobre as saídas de mercadorias realizadas aos consumidores finais mineiros, relativamente ao período de janeiro de 2017 a dezembro de 2020 (inclusive).  
3 – Este procedimento retira do contribuinte qualquer benefício relacionado com o recolhimento espontâneo de tributo em atraso, o qual fica sujeito à penalidade cabível em razão de ação fiscal.  
Nome: SUPERCOMMERCE LTDA  
CNPJ: 39.893.680/0002-36  
Endereço cadastral: Rodovia Governador Mário Covas, nº 3255, Sala 04, Bairro Padre Mathias, Cariacica/ES, CEP 29.157-100.  
Uberaba, 23 de março de 2022.  
João Carlos Aparecido Minto  
Delegado Fiscal de Uberaba

24 1612987 - 1

## Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG

Presidente: Bruno Selmi Dei Falci

PORTARIA Nº.P / 012 / 2022.

O Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, tendo em vista o Decreto nº 47.689, de 26/07/2019, DECLARA APOSENTADA, a partir de 25/06/2021, nos termos do artigo 147, §2º, inciso II, e §3º, inciso II, do ADCT, acrescentado pela E.C.E. nº 104, de 14/09/2020 (Regra de Transição/Pedágio – Base do Cálculo dos Proventos Integral, pela Média e Sem Paridade), a servidora JANETE APARECIDA LOPES DE LEMOS, Masp 1215114-8, CPF 575.670.346-20, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Gestão e Registro Empresarial, símbolo TGRE, nível II, grau A.  
Belo Horizonte, 11 de março de 2022. Bruno Selmi Dei Falci.  
Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

24 1612608 - 1

O(A) Presidente do(a) Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, dispensa MARCELA BEATRIZ VASCONCELOS SANTOS, MASP 1260401-3, da função gratificada FGI-4 JC1100036, a contar de 22/3/2022.

24 1613038 - 1

## Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade

Secretário: Fernando Scharlack Marcato

## Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER

Diretor-Geral: Robson Carlindo Santana Paes Loures

PORTARIA DER-MG Nº 3941 DE 23 DE MARÇO DE 2022.

Cria Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços adquiridos e contratados exclusivamente no âmbito da Tecnologia da Informação. O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DER-MG, no uso das atribuições conferidas pelo inciso X do art. 10 do Decreto Estadual nº 47.839, de 16 de janeiro de 2020, e considerando o disposto no art. 15, §8º, e no art. 73, inciso II, ambos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, DETERMINA: Art. 1º – Fica criada, vinculada à Gerência de Aquisições e Logística da Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças, a Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços, com a finalidade de receber provisória e definitivamente os suprimentos de informática, bens permanentes e os serviços, adquiridos e contratados exclusivamente no âmbito da Tecnologia da Informação. Art. 2º – A Comissão será composta pelos seguintes servidores:  
I – Titulares:  
a) Mara dos Santos Martins, Masp 1397426-6  
b) Samuel Rocha Franca, Masp 1375450-2;  
c) Wagner da Conceição Santiago, Masp 1028381-0;  
II – Suplentes:  
a) Marlene Pereira, Masp 1030540-7;  
b) Orlando Teodoro de Souza, Masp 102806-9; e  
c) Samuel Bacilieri Bragança, Masp 1387965-5.  
Art. 3º – Caberá à comissão:  
I – receber provisoriamente os suprimentos, bens e serviços;  
II – verificar a conformidade com as especificações constantes do edital e do contrato ou outro instrumento equivalente; e  
III – emitir os respectivos Termo de Recebimento Provisório e Termo de Recebimento Definitivo ou recibo.  
4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

PORTARIA DER-MG Nº 3964 DE 23 DE MARÇO DE 2022.  
Altera os anexos da Portaria nº 3.632, de 21 de julho de 2017 e da Portaria nº 3.722, de 21 de setembro de 2018, e concede progressão e promoção na carreira. O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DER-MG, no uso da competência que lhe atribui o inciso X do art. 10 do Decreto Estadual nº 47.839, de 16 de janeiro de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 16 e 17 da Lei Estadual nº 15.469, de 13 de janeiro de 2005, na Resolução nº 067, de 18 de outubro de 2010, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, bem como o disposto no Of. Circular Cofin nº 007/2021, do Comitê de Orçamento e Finanças e no art. 64 da Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002,  
DETERMINA:  
Art. 1º – Ficam alterados, para exclusão do servidor Eduardo Zeferino Rodrigues, MASP 1250672-1, os Anexos:  
I – da Portaria nº 3.632, de 21 de julho de 2017, que concedeu progressão na carreira; e

II – da Portaria nº 3.722, de 21 de setembro de 2018, que concedeu promoção na carreira.

Art. 2º – Fica concedida ao servidor Eduardo Zeferino Rodrigues, MASP 1250672-1, ocupante do cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do DER-MG, na carreira de Fiscal Assistente de Transportes e Obras Rodoviários - FATOR:

I – progressão do Nível I, Grau C, para o Nível I, Grau D, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01 de janeiro de 2018;

II – promoção pela regra geral do Nível I, Grau D, para o Nível II, Grau A, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01 de janeiro de 2019;

III – progressão do Nível II, Grau A, para o Nível II, Grau B, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01 de janeiro de 2021.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ATOS ASSINADOS PELO DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS:  
AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, conforme Decreto nº 43.285, de 23/04/2003 e nos termos da Resolução SEPLAG nº 22, de 25/04/2003, ao servidor: Masp 1016748-4, Alfredo Gomes Miranda, de 28/03/2022 a 28/05/2022, referente ao 5º quinquênio.

24 1613043 - 1

## Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Secretário: Rogério Greco

## Expediente

EXTRATO DA PORTARIA SUASENº 02/2022  
PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 02/2022  
Descumprimento de cláusulas do Contrato nº 9290574/2021 (Centro Socioeducativo Divinópolis). Empresa Falcão Alimentos Eireli, CNPJ nº 05.893.299/0001-74, sediada em Carangola/MG, Rua José Batista da Silva, nº 12, bairro Caixa D'Água, CEP 36.800-0000. Práticas previstas no inciso VI do art. 3º, e no inciso III do art. 4º da Resolução SEAP nº. 49/2017, puníveis com sanções desde advertência escrita até declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública (de acordo com as sanções previstas no artigo 38 do Decreto Estadual nº. 45.902/2012, nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº. 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002).

Convoco a Comissão Processante Permanente da SEJUSP, para instrução e conclusão de todo o procedimento, conforme Resolução SEAP nº 01, de 13 de fevereiro de 2017, por meio dos membros designados para a sua composição, nos termos da Portaria GAB. SEAP nº 006 de 12 de março de 2019.

Belo Horizonte, 24 de março de 2022.  
Pedro Ruano Leocádio Dias  
Subsecretário de Atendimento Socioeducativo

24 1613095 - 1

PORTARIA SUASE Nº01/2022, DE 24 DE MARÇO DE 2022  
O Ordenador de Despesas, Pedro Ruano Leocádio Dias, no cumprimento dos deveres e atribuições estabelecidos pela Lei Federal nº. 8.666/1993, Lei nº. 10.520/2002, Lei Estadual nº 14.184/2002, Lei Estadual nº. 13.994/2001, Decreto Estadual nº. 45.902/2012, Resolução SEJUSP nº 41/2021, alterada pela Resolução SEJUSP nº 155, de 24 de junho 2021 e nomeação publicada em 09 de fevereiro de 2022, por meio desta Portaria, determina a instauração de Processo Administrativo Para Rescisão Unilateral de Contrato, com fulcro no artigo 78, V, da Lei 8666/1993, diante da suposta irregularidade descrita a seguir, em face da empresa FALCÃO ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.893.299/0001-74, com sede na Rua José Batista da Silva, nº 12, bairro Caixa D'Água, Carangola/MG, CEP 36.800-000, durante a execução do Contrato nº 9290574/2021 (Centro Socioeducativo de Divinópolis- CSE Divinópolis):  
- Interrupção do fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos para o consumo, podendo causar riscos a ordem e a segurança das unidades socioeducativas. Descumprimento do Termo de Referência, item 1. Cláusula primeira - Objeto, subitem 1.1; 8- PADRONIZAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO, subitem 8.10; 17- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, subitens 17.1.1 e 17.1.43.

Para compor a comissão do Processo Administrativo Para Rescisão Unilateral de Contrato, designo o servidor Thiago Henrique Ferreira Cardoso, MASP: 1366330-7 e a servidora Mirley Jaimar Torres Leandro, MASP: 1153679-4, para sob a presidência do primeiro conduzir o processo administrativo até sua conclusão.

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública,  
Belo Horizonte, 24de março de 2022.  
Pedro Ruano Leocádio Dias  
Subsecretário de Atendimento Socioeducativo

24 1612760 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO

A Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 031/2020, publicada no Minas Gerais de 15 de fevereiro de 2020, Nathália Vilarino Rodrigues, conforme PORTARIA/NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD nº 031/2020, tendo em vista o disposto no artigo 225, parágrafo único, da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, NOTIFICA, durante 08 (oito) dias consecutivos, o processado Luiz Carlos da Silva – MASP 1.376.811-4, para comparecer no Núcleo de Correções Administrativas da SEJUSP, situado na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 3º andar, Cidade Administrativa, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte – MG, nos dias 12, 18, 25, 28 e 29/04/2022, às 08:00 h, para acompanhar oitivas de testemunhas e prestar declarações acerca dos fatos que lhe são imputados conforme portaria inaugural. Telefone para contato (31) 3916-9745. E-mails para contato: ana.lacerda@seguranca.mg.gov.br e nathalia.vilarino@seguranca.mg.gov.br .

Belo Horizonte, 22 de março de 2022.  
Nathália Vilarino Rodrigues  
MASP 1.226.892-6  
Presidente de Comissão

22 1611255 - 1

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/ CSET - SEJUSP/PAD Nº 115/2022

Processo Administrativo Disciplinar. Processado: F.C.S. MaSP 1.453.874-8, Agente de Segurança Penitenciário. Comissão Processante: Presidente: Geziel Silva do Prado; Membros: Reginaldo Cotta Miorini e Rafael Augusto Martins.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de março 2022.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/ CSET - SEJUSP/PAD Nº 116/2022

Processo Administrativo Disciplinar. Processado: W.F. MaSP 378.253-9, Agente de Segurança Penitenciário. Comissão Processante: Presidente: Nathália Vilarino Rodrigues; Membros: Ana Eliza Lacerda Sousa Ribeiro e Juscelino Domingos Rodrigues.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de março 2022.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

24 1613004 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº191, DE 24 DE MARÇO DE 2022.  
Altera a composição da Comissão do Departamento Penitenciário de Minas Gerais – DEPEN/MG, conforme Resolução SEJUSP 260/2020 que instituiu a Comissão Permanente de Uniformes do DEPEN, alterada pela Resolução SEJUSP 174, de 18 de março de 2022.  
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de atribuição prevista no inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição do Estado de Minas Gerais; tendo em vista o disposto na Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, bem como considerando o Decreto Estadual nº 47.795, de 19 e dezembro de 2019, RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o art. 8º, inciso I, da Resolução SEJUSP Nº 175, de 21 de março de 2022, no quadro de composição da Comissão Permanente de Uniformes do DEPEN, conforme disposto na Resolução SEJUSP 174, de 18 e março de 2022.

NOME DO SERVIDOR	MASP
Luciano Evangelista Cunha	1079162-2
Jackson Bentônico Duarte	1140539-6
Carolina Jovita Sales e Silva	1221414-4
Wendell Lucio Marcos de Souza	1246377-4
Lauro de Andrade Santos Júnior	1379344-3
Daniela Aguiar Rangel	1189941-6
Pedro Henrique Nogueira da Silva	1105108-3
Edson de Oliveira Costa	1372548-6

Art. 2º - Permanecem inalterados os demais dispositivos da Resolução SEJUSP Nº 175, de 21 de março de 2022.

Art 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.  
Belo Horizonte, 24 de março de 2022.

Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

24 1613130 - 1

## Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

## Expediente

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, designada para responder pela função e atribuições, próprias e delegadas, de Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, conforme ato publicado em 26/02/2022, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 28 de janeiro de 2017, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAAF-1 MD85 - à servidora Elizabeth Barretto de Menezes Lopes, MASP 1.148.717-0, a contar de 08 de fevereiro de 2022.

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, designada para responder pela função e atribuições, próprias e delegadas, de Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, conforme ato publicado em 26/02/2022, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui ao servidor Rafael Rezende Teixeira, MASP 1.364.507-2, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização – GDAAF-1MD85, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

24 1613137 - 1

## Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto Paranaíba, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos: 1) Mark Akira Watanabe/Fazenda Caixetas, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, Patos de Minas/MG, PA nº. 1277/2022, Classe 2; 2) Eduardo Sabadini de Oliveira/Fazenda Paulista - Matrícula 26287, Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas); culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Ibiá/MG, PA nº. 1294/2022, Classe 2; 3) Auto Posto Trevo Rio Branco Ltda, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Araxá/MG, PA nº. 1295/2022, Classe 2.

(a) Rita de Cassia Silva Braga e Braga. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto Paranaíba.

24 1612739 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram do Alto São Francisco, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos: 1) Dimas Indústria de Móveis Ltda., Fabricação de móveis de madeira, e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz, Divinópolis-MG, Processo nº 1209/2022, com validade até 18/03/2032. 2) Companhia de Saneamento de Minas Gerais-COPASA MG, Interceptores, emissários, elevatórias e reversão de esgoto, Divinópolis-MG, Processo nº 1222/2022, com validade até 21/05/2032. 3) Repfor Comércio de Fundidos EIRELI, Produção de fundidos de ferro e aço, sem tratamento químico superficial, inclusive a partir de reciclagem, Carmo da Mata-MG, Processo nº 1232/2022, com validade até 21/03/2032. 4) Geraldo José dos Santos, Fabricação de cerâmica vermelha (telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido), inclusive com utilização de até 10% dos resíduos “pó de balão” ou “lama de alto-forno” à base seca, em substituição de percentual equivalente na carga de argila, Igaratinga-MG, Processo nº 1232/2022, com validade até 22/03/2032. 5) Artefatos São Bento Ltda, Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha, Piracema-MG, ANM nº 831788/2020, Processo nº 1248/2022, com validade até 22/03/2032. 6) Serviço Autônomo de Água e Esgoto, Estação de tratamento de água para abastecimento, Pimenta-MG, Processo nº 1290/2022, com validade até 23/03/2032. 7) Rattton Ferreira Indústria e Comércio Ltda, Fabricação de agardente, Carmo da Mata-MG, Processo nº 1291/2022, com validade até 24/03/2032. 8) João Jamil Sousa, Avicultura, Usina solar fotovoltaica, São Sebastião do Oeste-MG, Processo nº 1292/2022, com validade até 24/03/2032. 9) Indústria de Cal MG LTDA, Fabricação de cal virgem, Corrego Fundo - MG, Processo nº 1233/2022, com validade até 21/03/2032. 10) Rochamite Explosivos Ltda., Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Itaúna - MG, Processo nº 1252/2022, com validade até 22/03/2032. 11) Francinno Móveis Ltda., Fabricação de móveis de metal com tratamento químico superficial e/ou pintura, Cláudio - MG, Processo nº 1284/2022, com validade até 23/03/2032.

(a) Kamila Esteves Leal. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco.

24 1613109 - 1

EXTRATO DECISÃO SEMAD/SECEX Nº. 07/2022

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, considerando o poder-dever de autotutela administrativa que rege a Administração Pública, TORNA PÚBLICA a ANULAÇÃO da decisão proferida pelos conselheiros da Câmara Normativa e Recursal do Conselho Estadual de Política Ambiental (CNR/Copam), referente ao item 7.1 da pauta da 158ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2021, na qual se reconheceu a ocorrência da prescrição intercorrente concernente ao recurso do Auto de Infração nº 66521/2010 (Processo Administrativo nº 00371/1997/015/2010), interposto por Carlos Fernando Rodrigues da Paz.

Valéria Cristina Rezende  
Secretária Executiva da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

24 1612928 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana torna público que foi concedida a licença ambiental abaixo identificada:

\*Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) Reciclotech Indústria e Comércio de Materiais Ferrosos Ltda., Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco; reaproveitamento de bens minerais dispostos em barragem e reaproveitamento de bens minerais metálicos dispostos em pilha de estéril ou rejeito, Prudente de Moraes/MG, Processo nº 4966/2021, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 22/03/2032.

(a) Fernando Baliani da Silva - Designado para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período de 01/03/2022 a 31/03/2022.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

\*Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) Sindicato Rural de Parapoeba, aterro de resíduos da construção civil (classe “A”), exceto aterro para fins de terraplanagem em empreendimento ou atividade com regularização ambiental, ou com a finalidade de nivelamento de terreno previsto em projeto aprovado da ocupação, Parapoeba/MG, Processo nº 1249/2022, classe 2. 2) GBR Empreendimentos e Participações Ltda./ Condomínio Estância do Campo I e II, loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares, Funilândia/MG, Processo nº 1255/2022, classe 2.

(a) Fernando Baliani da Silva - Designado para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período de 01/03/2022 a 31/03/2022.

A Secretária Executiva do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental. Informa que foi apresentado EIA/RIMA, e que os estudos ambientais se encontram à disposição dos interessados no endereço eletrônico <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>. Comunica que os interessados na realização de Audiência Pública deverão formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa Copam nº 225/2018, no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação.

(a) Valéria Cristina Rezende. Secretário Executivo do Copam.

\*Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação e Licença de Operação (LACI): 1) Minérios Nacional S.A., pilhas de rejeito/estéril, minério de ferro, ANM/Nº 002.740/1947, Rio Acima/MG, Processo nº 1297/2022, classe 5. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado. Processo SEI/Nº 1370.01.0009414/2022-35. Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo (9,0683 ha); corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas, vivas (236 un., 3,3696 ha).

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, torna público o arquivamento dos processos de Licenciamento Ambiental abaixo identificados:

\*Licença de Operação Corretiva (LAC2): 1) CRH Sudeste Indústria de Cimentos S.A., lava a céu aberto - minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Matozinhos/MG, PA/ Nº 31294/2015/008/2017, Classe 4. Motivo: não atendimento as informações complementares. \*Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação e Licença de Operação (LAC1): 1) MBL - Materiais Básicos Ltda., extração de rocha para produção de britas com ou sem tratamento; unidade de tratamento de minerais UTM; obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas); estradas para transporte de minério/estéril; postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, ANM/ Nº 831.145/1997, Itatiaiuçu/MG, PA/Nº 13932/2020/002/2020, classe 3. Motivo: não atendimento as informações complementares.

(a) Fernando Baliani da Silva - Designado para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período de 14/02/2022 a 28/02/2022.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana torna público que foi apresentado Recurso Administrativo em face do indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental do empreendimento abaixo identificado, cuja decisão foi a seguinte:

\*Licença de Operação (LAC1), modalidade de renovação: 1) Astec do Brasil Fabricação de Equipamentos Ltda., fabricação de máquinas em geral e implementos agrícolas, bem como suas peças e acessórios metálicos, Vespasiano/MG, Processo nº 3273/2021, Classe 4. Decisão: indeferido.

(a) Fernando Baliani da Silva - Designado para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período de 14/02/2022 a 28/02/2022.

24 1612876 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - LAT - Licença de Operação: 1) Fazenda Salinas Ind. e Com. de Bebidas Ltda., Fabricação de agardente, Jaíba/MG. PA/nº 1301/2022. Classe 4.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

24 1613108 - 1

**Pauta da 165ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Sul de Minas (URC SM) do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam**  
Data: 04 de abril de 2022, às 13h30min. Endereço virtual da reunião: <https://www.youtube.com/channel/UCu1iAb462m8py3C1jsJl4w>  
1. Execução do Hino Nacional Brasileiro  
2. Abertura pela Secretária Executiva do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) e Presidente da URC SM, Valéria Cristina Rezende  
3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais  
4. Exame da Ata da 164ª RO de 07/02/2022  
5. Processos Administrativos para exame de requerimento para Intervenção Ambiental e aprovação de Compensação decorrente da supressão de vegetação secundária em estágio médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica localizada em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, não vinculado ao Licenciamento Ambiental:

5.1 Agape Participações Ltda. - Central Geradora Hidrelétrica (CGH) - Ingaí/MG - PA/SEI/Nº 2100.01.0042811/2021-64 - Tipo de Intervenção: Supressão da cobertura vegetal nativa com destoca/ Intervenção em Áreas de Preservação Permanente - APP com supressão de vegetação nativa - Área Requerida: 0,4203 ha - Área Passível de Aprovação: 0,4203 ha - Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual e enraive de fitofisionomia. Cerrado - Estágio de Regeneração: Médio Apresentação: IEF URFBio Sul  
5.2 Rodrigo Domingues do Nascimento - Distrito de Monte Verde - Camanducaia/MG - PA/SEI/Nº 2100.01.0056701/2021-36 - Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 0,1000 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha - Fitofisionomia: Floresta Ombrófila Mista - Estágio de Regeneração: Avançado. Apresentação: IEF URFBio Sul



MINAS GERAIS

6. **Processo Administrativo para exame de Recurso ao Indeferimento/Arquivamento de Licenciamento Ambiental Simplificado:**  
6.1 **Agropecuária e Mineradora Planalto Ltda. - Lavra a céu aberto- Minerais metálicos, exceto minério de ferro - PA/SLA/Nº 3918/2021- Poços de Caldas/MG - Classe 2. Apresentação: Supram SM.**  
7. **Encerramento.**

(a) **Valéria Cristina Rezende. Secretária Executiva do Conselho Estadual de Política Ambiental e Presidente da URC Sul de Minas.**

24 1613087 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto Paranaíba torna público que foi REQUERIDA a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada: 1) Wender Baltazar de Lima, Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho, Tiros/MG, PA nº. 1288/2022, Classe 2.

(a) Rita de Cassia Silva Braga e Braga. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto Paranaíba.

24 1612737 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é até 06/10/2022:

1. General Mills Brasil Alimentos Ltda., Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes, Pouso Alegre/MG, Processo nº 1052/2022. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.  
A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

- LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1) Frigorífico Tamoyo Ltda., Lavra a céu aberto - Minerais metálicos, exceto minério de ferro, Poços de Caldas/MG, Processo nº 670/2022, Classe 3, Motivo: Insuficiência técnica.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

24 1612719 - 1

O Superintendente de Projetos Prioritários torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

1) Licenciamento Ambiental Simplificado - Relatório Ambiental Simplificado (LAS-RAS): \*Vale S.A. - CVRD - Grupamento Mineiro de Brucutu - Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro - Barão de Cocais/MG - PA/Nº 689/2022 - Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Validade de 10 (dez) anos, com vencimento em 17/03/2032.

Rodrigo Ribas. Superintendente de Projetos Prioritários.

24 1612682 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, torna público que foram REQUERIDAS as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas: 1) Porto de Areia Cosac Comercio de Materiais de Construção Ltda. - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil - Uberlândia/MG, PA nº1274/2022, Classe 3. 2) Delta Sucoenergia S.A/ Fazenda Dourados, Nova Fronteira, Santo André, Mats. 4488, 5128, 5145, 5146 e 5205-. Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Conquista /MG, PA nº1266/2022, Classe 3. 3)Joaquim Pereira Espindula/ Fazenda Passagem Funda - Gleba A e B, Mats. 96.372, 96.373 e 134.869, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Uberaba/MG, PA nº1223/2022, Classe 3.

(a) Kamila Borges Alves. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

24 1612644 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro torna público o ARQUIVAMENTO da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada: 1)Geraldo Pinheiro de Assis/ Fazenda Vitória Santa - Canal de São Simão - Cervo, - Aquicultura e/ou unidade de pesca esportiva tipo pesque-pague, exceto tanque-rede, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Santa Vitória/MG, PA nº 663/2022, Classe 3. Motivo: Não apresentar informações complementares no prazo.

(a) Kamila Borges Alves. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

24 1612640 - 1

DELIBERAÇÃO COPAM Nº 1.683, DE 23 DE MARÇO DE 2022. Altera a Deliberação nº 1.556, de 6 de abril de 2020, que estabelece a composição e designação dos membros da Unidade Regional Colegiada Central Metropolitana do Conselho Estadual de Política Ambiental. A SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe conferem o §2º do art. 43 da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e o art. 1º da Deliberação Conjunta Copam/CERH nº 23, de 30 de dezembro de 2021;

DELIBERA:

Art. 1º – Os itens 1 e 3 da alínea “a” e o item 1 da alínea “b” do inciso II do art. 2º, da Deliberação Copam nº 1.556, de 6 de abril de 2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – (...)

II – (...)

a) (...)

1 – Titular: Thiago Rodrigues Cavalcanti

(...)

3 – 2º Suplente: Mariana de Paula e Souza Renan

b) (...)

1 – Titular: Henrique Damásio Soares”.

Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 23 de março de 2022.

VALÉRIA CRISTINA REZENDE

24 1613105 - 1

O Superintendente Regional da SUPRAM Zona da Mata, torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

- Licença Ambiental Simplificada na modalidade Las Ras: 1) Joao Antônio Bordoni da Silva, Suinocultura, Piedade de Ponte Nova/ MG, PA nº 6355/2021, Classe 3; 2) Kleber Cheloni - Sítio Bandeiras, Suinocultura, Uruçânia/MG, PA nº 6390/2021, Classe 3.

(a) Dorgival da Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Zona da Mata.

24 1613114 - 1

O Superintendente Regional da SUPRAM Zona da Mata, torna público que foram concedidas as Licenças Ambientais abaixo identificadas:

- LAS RAS: 1) Joao Antônio Bordoni da Silva, Suinocultura, Piedade de Ponte Nova/MG, PA nº 6355/2021, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até 24/03/2032; 2) Altomirando Viegas de Carvalho Neto, Suinocultura; Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Muriaé e Miradouro/MG, PA nº 6388/2021, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até 24/03/2032; 3) Kleber Cheloni - Sítio Bandeiras, Suinocultura, Uruçânia/MG, PA nº 6390/2021, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até 24/03/2032; 4) Alto da Serra Comércio de Minérios Ltda - Alto da Serra Comercio de Minérios, Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, Divinésia/MG, PA nº 494/2022, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até 24/03/2032. 5) Carlos Cesario Cal, Suinocultura; Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo; Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e

DIÁRIO DO EXECUTIVO

cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Ervália/MG, PA nº 5193/2021, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até 23/03/2032. 6) Geraldo Jose da Silva/Fazenda Felisberto, Suinocultura; Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, São Sebastião da Vargem Alegre/MG, PA nº 5207/2021, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até 24/03/2032.

(a) Dorgival da Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Zona da Mata.

24 1613119 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

- Licença Ambiental Simplificada – LAS/RAS: 1) Gransena Exportação e Comércio Ltda, Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração, Divisa Alegre/MG, PA nº 1283/2022, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 24/03/2032.

(a) Cândida Cristina Barroso de Vilhena. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha.

24 1612555 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada: (LACI) Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação: 1) Vallée S.A, Fabricação de produtos para diagnósticos com sangue e hemoderivados, farmoquímicos (matéria-prima e princípios ativos), vacinas, produtos biológicos e /ou aqueles provenientes de organismos geneticamente modificados, Montes Claros/MG. PA/nº 6420/2021. Classe 4. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 21/12/2027, do responsável Vallée S.A., CNPJ 20.557.161/0001-98 para o novo titular Merck Sharp & Dohme Saúde Animal Ltda., CNPJ 07.954.091/001-87.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

24 1613104 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) torna públicas as DECISÕES deliberadas na 63ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Industriais (CID), realizada remotamente, via video conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: https://www.youtube.com/channel/UCuH1iAb462m8py3C1jsJl4w, no dia 24 de março de 2022, às 09h, a saber: 4. Exame da Ata da 62ª RO de 24/02/2022. APROVADA. 5. Processo Administrativo para exame de Licença Ambiental Simplificada: 5.1 LD Celulose S.A./Usina de compostagem - LD Celulose - Compostagem de resíduos industriais - Indianópolis/MG - PA SLA/Nº 849/2022 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Suppri. CONCEDIDA SEM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS.6. Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação Corretiva concomitante com a Licença de Operação:6.1 Vibra Agroindustrial S.A. - Processamento de subprodutos de origem animal para produção de sebo, óleos e farinha- Paraopeba /MG - PA/SLA/Nº 2756/2021 -Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram SM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 7. Processo Administrativo para exame da Licença de Operação: 7.1 LD Celulose S.A. - Fabricação de celulose e/ou pasta mecânica e Sistema de geração de energia termelétrica, utilizando combustível não fóssil - Indianópolis e Araguari/MG - PA SLA/Nº 6223/2021 - Classe 6. Apresentação: Suppri. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 8. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva: 8.1 Carnes Neloire Importação Exportação Eireli - Abate de animais de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos, muare, etc), Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos, etc) - Araxá/MG - PA/SLA/Nº 420/2022 - Classe 5. Apresentação: Supram TM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 6 (SEIS) ANOS. 9. Processo Administrativo para exame de Renovação da Licença de Operação: 9.1 Fermavi Eletroquímica Ltda.- Fabricação de outros produtos químicos não especificados ou não classificados - Varginha/MG - PA/SLA/No. 5252/2021 - Classe 6. Apresentação: Supram SM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 10.Processo Administrativo para exame de Adendo à Renovação da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação:10.1 Alcoa Alumínio S.A. - Metalurgia dos Metais não-ferrosos em formas primárias, inclusive metais preciosos - Poços de Caldas/MG - PA/SLA/Nº 4388/2020 - Classe 5. Apresentação: Supram SM. DEFERIDO. 11. Processo Administrativo para exame de Exclusão de Condicionante da Renovação da Licença de Operação: 11.1 Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio - Acabamento de fios e/ou tecidos planos ou tubulares e fiação e/ou tecelagem, exceto tricô e crochê - Pirapora/MG - PA/SLA/Nº 3252/2020 - Classe 6. Apresentação: Supram NM. DEFERIDA.

Fernando Baliani da Silva Superintendente de Apoio à Regularização Ambiental e Presidente da Câmara de Atividades Industriais

24 1612945 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretora-Geral: Maria Amélia de Coni e Moura Mattos

PORTARIA IEF Nº 21 DE 24 DE MARÇO DE 2022

Estabelece as normas de visitação do Parque Estadual do Rio Preto – PERP e dá outras providências.

A DIRETORA-GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 14 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, e com respaldo na Lei 22.257, de 27 de julho de 2016, fundada na Lei nº 2.606, de 05 de janeiro de 1962, e demais legislações vigentes.

CONSIDERANDO que é função e atribuição do IEF propor a criação de unidades de conservação (UC's), implanta-las e administrá-las, de modo a assegurar a consecução de seus objetivos e a consolidação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC);

CONSIDERANDO que a categoria Parque Estadual tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer e ampliar as ações do Parque Estadual do Rio Preto com a população do entorno, da região e demais localidades, através da interação dos visitantes com o Parque, visando cumprir seus objetivos de conservação,

RESOLVE:

Art. 1º- Esta Portaria institui as normas de visitação no Parque Estadual do Rio Preto (PERP).

Art. 2º- O Parque ficará aberto ao público de terça-feira a domingo e nos feriados, de 07:00h às 17:00h.

§ 1º - O visitante agendado para se hospedar no Parque poderá acessar a portaria da UC até as 21:00 h.

§ 2º - A entrada de visitantes no Parque deverá ser suspensa nas segundas-feiras para a realização de manutenção, exceto se coincidir com feriado ou recesso, quando então o fechamento será postergado para o primeiro dia útil subsequente ou outra data a ser definida pela gerência do Parque.

§ 3º - A visitação à parte alta do PERP onde situa-se o Pico Dois Irmãos deverá ser feita mediante agendamento, manifestação favorável por escrito da gerência do PERP e com assinatura prévia de Termo de Reconhecimento de Risco pelo visitante.

§ 4º - Em casos específicos, o horário de visitação poderá ser alterado previamente, mediante manifestação por escrito da gerência do Parque.

Art. 3º- No Parque Estadual do Rio Preto são permitidas as práticas das seguintes atividades:

I – caminhada;

II – ciclismo;

III – observação de vida silvestre;

IV – banho em rios e cachoeiras;

V - camping;

VI - cavalgadas de baixo impacto ambiental.

§1º - Outras atividades poderão ser realizadas mediante análise prévia e manifestação favorável da gerência da UC, se julgar necessário com o apoio da URFBio e em conformidade com o disposto no art. 4º.

§2º - O Instituto Estadual de Florestas – IEF poderá suspender, parcial ou integralmente, a visitação ao parque, justificada com base em Parecer Técnico da URFBio e mediante ampla divulgação nos meios de comunicação disponíveis.

§3º - A atividade que trata o inciso IIssomente será permitidanas trilhas autorizadas pela gerência da UC.

Art. 4º - É permitida a visitação nos roteiros e aos atrativos devidamente planejados em relatório técnico e em conformidade com o plano de manejo da UC.

§1º - A gerência da UC deve definir, com apoio da URFBio, os roteiros e atrativos onde a visitação é permitida, respectivas atividades e formatos de uso, normas de conduta e medidas de segurança recomendadas, inclusive os que são guiados, obrigatória ou preferencialmente, e aqueles que são autoguiados.

§2º - Essas informações devem integrar comunicado oficial da gerência da UC, objeto de ampla divulgação nos meios de comunicação disponíveis e nos locais de concentração de visitantes no Parque, como centro de visitantes, portaria, área de camping, restaurante, alojamento e outros locais que a gerência da UC julgar cabível.

§3º - Nos roteiros e atrativos com previsão para uso público, o visitante deverá adotar as normas de conduta e medidas de segurança recomendadas pela gerência do PERP.

§4º - Os visitantes só podem transitar fora dos roteiros oficiais, acessos e trilhas, ou em formatos diferentes do comunicado oficialmente, se houver manifestação favorável, por escrito e prévia, da gerência da UC para esses percursos alternativos.

Art. 5º- A entrada no PERP de pessoas com idade entre 10 e 16 anos, desacompanhada de um dos pais, só será permitida mediante a apresentação de autorização por escrito dos pais ou responsáveis.

Parágrafo único -Crianças com idade inferior a 10 anos somente poderão visitar o PERP acompanhadas dos pais, de um deles, por responsável devidamente autorizado ou de responsável legal.

Art. 6º- As visitas realizadas por grupos, sejam escolares, receptivos ou operadoras turísticas e particulares, deverão ser previamente agendadas com a gerência da UC.

Art.7º- A velocidade de máxima permitida no Parque, independente do veículo, é de até 30 km/h.

§1º - O aproveitamento do estacionamento do Parque deve ser definido pela gerência da UC por critérios próprios adaptados a cada situação.

§2º - Os veículos deverão ser estacionados sem provocar danos à vegetação, ao solo e sem prejuízos ao fluxo de outros veículos, sob pena de ser rebocado às expensas do proprietário ou condutor responsável.

Art. 8º- O IEF não se responsabiliza por danos causados aos veículos, outros meios de locomoção, barracas e outros equipamentos, nem por objetos e pertences perdidos, esquecidos ou furtados.

Parágrafo único. Os objetos ou pertences encontrados no interior do Parque serão registrados, armazenados e mantidos pela gerência da UC por até 30 dias, caso não haja procura neste prazo, o material pode ser destinado conforme as finalidades e conveniência da UC.

Art. 9º- Para a venda de qualquer produto ou prestação de serviço no interior da UC é necessária prévia autorização do IEF e o atendimento à legislação vigente.

Art. 10- As atividades de visitação nos roteiros permitidos deverão obedecer aos horários de saída e chegada previamente definidos pela gerência do PERP.

Parágrafo único -As atividades de visitação poderão ter seus horários alterados ou suspensos devido às condições climáticas ou em casos excepcionais justificados.

Art. 11- Antes de iniciar a visita ao Parque é necessário que o visitante se apresente à portaria para assinar o Termo de Reconhecimento de Risco.

Parágrafo único -O visitante deverá ser orientado a seguir ao centro de visitantes onde funcionário vinculado ao PERP deve apresentar informações sobre o Parque, recomendações para as atividades de visitação, normas de conduta e segurança, e solicitar assinatura do Livro de Registro de Visitação.

Art. 12- O Parque deverá realizar cadastro prévio dos condutores locais, guias e receptivos turísticos, promovendo sua divulgação aos usuários da UC.

Art. 13- Mediante solicitação prévia, a gerência do PERP poderá autorizar o acesso de observadores de vida silvestre no Parque em horários distintos daqueles previstos no art. 2º.

Art. 14- A gerência da UC poderá receber doações de fotos, vídeos e relatórios sobre as espécies avistadas, especialmente as ameaçadas ou raras, visando à complementação de dados e melhoria do conhecimento da fauna, inclusive para subsidiar estudos e monitoramentos.

Art. 15- Para os casos de pesquisa e estudos em unidades de conservação, a partir dos dados coletados em campo, deve-se seguir os procedimentos previstos em Portaria específica vigente.

Art. 16-Fica proibido aos visitantes:

I – a entrada com animais domésticos ou domesticados, com exceção de grupos em atividades equestre previamente agendadas com a gerência da UC e de cães-guia nos termos da legislação vigente;

II – o depósito de lixo fora dos recipientes apropriados (lixeiras e tambores para lixo orgânico);

III – a retirada de qualquer recurso natural ou recurso mineral, salvo, quando pertinente, para a realização de pesquisa científica munida de prévia autorização da Assessoria de Programas e Projetos Especiais, ou para produção de mudas pelo IEF;

IV – a caça, a pesca, a captura de animais silvestres ou a montagem de artefatos de caça, bem como a prática de maus-tratos ou oferta de alimentação à fauna local;

V - molestar, estressar e oferecer qualquer tipo de alimento aos animais, incluindo ninhos e filhotes, bem como interferir em processos e interações naturais, inclusive durante as atividades de observação da vida silvestre;

VI – a introdução de espécies animais ou vegetais, domésticas ou silvestre, nativas ou exóticas, sem a devida autorização;

VII – a prática de atividades comerciais não autorizadas;

VIII – a utilização de produtos químicos para banho ou lavagem de objetos em corpos hídricos naturais ou artificiais existentes no interior do PERP, assim como a captação da água para outros fins, sem a devida autorização;

IX – montagem de fogueiras ou qualquer outra conduta que possa provocar incêndio florestal;

X– a utilização de lenha nas churrasqueiras dos quiosques ou carvão que não esteja dentro dos padrões legais;

XI – fazer churrasco fora das áreas permitidas;

XII – utilização de churrasqueira portátil;

XIII – o acampamento fora das áreas oficiais ou autorizadas para este fim;

XIV – a abertura e interligação de atalhos que possam acelerar o processo erosivo das trilhas;

XV – a realização de pesquisa científica sem a devida autorização;

XVI – o uso de imagem das Unidades de Conservação Estaduais sem a devida autorização;

XVII – o uso de equipamentos e instrumentos musicais e de percussão, rádios e televisores, fora das áreas destinadas ao uso público e, nestas áreas, em volume exagerado, que disperse a fauna local ou incomode outros visitantes;

XVIII – o consumo de bebidas alcoólicas nas áreas das cachoeiras;

XIX – levar ou utilizar recipientes de vidro em área de camping, trilhas, cachoeiras, corredeiras, poços e demais atrativos naturais;

XX – cozinhar, ferver água ou realizar qualquer tipo de manipulação de alimentos dentro dos alojamentos, exceto o preparo de lanches frios;

XXI – pichações ou inscrições em pedras ou árvores;

XXII – o trânsito de motocicletas nas trilhas de acesso aos atrativos.

Parágrafo único -Manifestações religiosas que utilizem velas ou outro artefato que funcione como fonte de ignição só poderão ocorrer em locais previamente autorizados pela gerência da UC.

Art. 17- Para ter direito à gratuidade no ingresso ao Parque, é necessário que o visitante do entorno seja cadastrado na UC e esteja portando a carteirinha válida de “Amigo do Parque” emitida pela gerência do PERP.

Parágrafo único -A carteirinha de “Amigo do Parque” garantirá gratuidade apenas no ingresso.

Art. 18- Os visitantes ficam obrigados à observância e ao cumprimento das normas e vedações estabelecidas nesta Portaria, quando estiverem dentro dos limites do Parque.

Parágrafo único -Aqueles que descumprirem os procedimentos previstos nesta Portaria, poderão ser chamados a se retirar da UC e, considerando a gravidade da infração, poderão ter sua entrada suspensa por 2 anos pela gerência do PERP e sofrer sanções administrativas e penais, conforme legislação vigente.

SEXTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2022 – 9

Art.19– O IEF, por intermédio da gerência do PERP, pode receber recursos ou doações de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com ou sem encargos, provenientes de organizações privadas, públicas ou de pessoas físicas que desejarem colaborar com sua conservação, respeitada a legislação vigente.

Parágrafo único -Cabe ao IEF a administração dos recursos obtidos, cuja utilização será destinada exclusivamente à implantação, gestão e manutenção do PERP.

Art.20- As questões omissas nesta Portaria serão resolvidas conforme a legislação vigente e pela gerência do PERP, no que for cabível.

Art. 21- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 24 de março de 2022.

Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins - Diretora Geral do IEF

24 1613132 - 1

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, URGAA Alto São Francisco, no uso da competência delegada pela Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 12 de 02 de maio de 2018, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Retificação

Retifica-se a portaria nº. 1210459publicada dia 21. Outorgado: Keliton Alves da Silva. CPF: 866. \*\*\*\*.\*\*\*. Onde se lê: Bacia Estadual: Rio das Velhas. Prazo de validade de 05 (cinco) anos. Leia-se: Bacia Estadual Ribeirão dos Machados. Prazo de validadeda Outorga 10(dez) anos. Município: Bom Despacho-MG.

Cancelamento.

Mantido o arquivamento do Processo 12372/2014 publicado dia 03/04/2020.Requerente Espolio de Antônio Joaquim Cordeiro. CNPJ/CPF:127.435.006-97. Motivo: Não conhecimento do Pedido de Reconsideração, nos termos do Art. 37, Decreto 47.705/2019. Município: Pompeu - MG

Mantido o arquivamento do Processo 18855/2017 publicado dia 11/08/2020. Requerente Paulo Roberto Lagazzi. CPF:047. \*\*\*\*.\*\*\*. Motivo: Não conhecimento do Pedido de Reconsideração, nos termos do Art. 37, Decreto 47.705/2019. Município: Piumhi - MG.

Mantido o arquivamento do Processo 26835/2021 publicado dia 26/11/2021.RequerenteCerâmica RG Ltda. CNPJ:03.478.053/0001-00. Motivo: Não atende o conteúdo mínimo previsto no Art. 36, Decreto 47.705/2019. Município: Igaratinga - MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGAA Alto São Francisco. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Divinópolis, 24 de março de 2022.

24 1612777 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, URGAA Norte de Minas, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 12 de 02 de maio de 2018 e Portaria Igam nº 39, de 30/04/2021, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Arquiva-se o processo nº06393 de 09/08/2018. Requerente: Jair Luiz Tavares. CPF:145.\*\*\*.\*\*\*.\*\*. Curso água: Poço Tubular. Motivo: Foi encaminhado ao responsável pelo